

**A experiência de incidência no parlamento
da
Rede Latino-Americana por Cidades Justas,
Democráticas e Sustentáveis**



AVINA



MISSÃO estratégica



A partir da **América Latina**,
impactar o desenvolvimento sustentável,
criando condições favoráveis para que
atores diversos possam **contribuir**
juntos
ao **bem comum**.

CIDADES, por quê?

- Entre 2007 e 2050, o número de habitantes nas cidades do planeta terá um aumento de 3,1 bilhões de pessoas. (ONU)
- O continente latino-americano está no topo desse fenômeno global como a região em desenvolvimento mais urbanizada no mundo. 75% da população vive em áreas urbanas, ou seja, 375 milhões dos 500 milhões de habitantes da região, dos quais 120 milhões vivem abaixo da linha de pobreza.
- O índice de urbanização brasileira foi o maior em toda a América Latina, entre 1970 e 2010. Hoje, 86,53% da população brasileira é urbana.

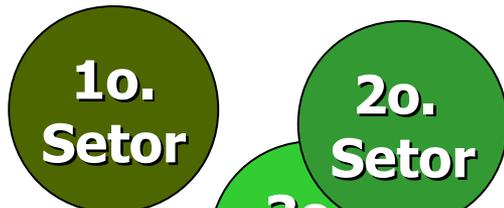
PRESSUPOSTOS da ação política

- Uma cidade deve convir a todos para sua dignidade, o que implica pensá-la, transformá-la e dirigi-la como um espaço para fazer possíveis os Direitos Humanos.
- Transformar uma cidade implica compreender e transformar as arquiteturas políticas, sociais e culturais que produzem as relações.
- Transformar uma cidade é criar condições de diálogo entre os diversos setores que a compõem, para criar uma concertação cujo propósito permita maximizar os interesses de todos os atores.

INTERSETORIALIDADE, um elemento-chave



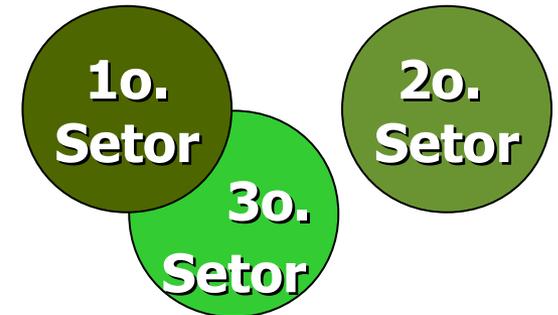
CAOS
Setores Isolados



DESLEGITIMAÇÃO
Desconhecimento do Estado



CORPORATIVISMO
Sociedade Isolada



POPULISMO
Empresa Isolada

LEGISLATIVO, por quê?

- Democracia participativa não pretende substituir a democracia representativa, mas qualifica-la permanentemente.
- Em todos os países latino-americanos, há demandas de marcos regulatórios atualizados à luz dos novos preceitos de desenvolvimento sustentável (uso e ocupação do solo, gestão de resíduos, acesso à água e saneamento, extrativismo sustentável, etc).
- Necessidade de alinhamentos entre o controle social e o controle externo da gestão pública.
- No Brasil, ênfase no ciclo orçamentário.

LEGISLATIVO, como?

- Emenda às leis/cartas orgânicas instituindo a obrigatoriedade de planos de metas. Em 33 cidades brasileiras e 3 argentinas. PEC em apreciação no Brasil.
- No Brasil, 240 prefeitos que governam mais de 60% da população, têm o compromisso de orientar suas gestões por metas propostas pelo Programa Cidades Sustentáveis. Os vereadores têm papel deliberativo e fiscalizador.
- Acompanhamento de discussão de plano diretor.
- Controle e divulgação da produção legislativa.
- Participação no ciclo orçamentário.

LEGISLATIVOdesafios

- Crise do modelo de representatividade, cunhado no Século XVIII.
- Processos longos, complexos e opacos, dificultando a participação social.
- Diversidade de interesses x fragilidade de informações objetivas para orientar decisões.
- Agenda Cidadã (ampla, diversa, heterogênea, permeada de contradições) x Agenda Oculta

...Reafirmamos os princípios democráticos e republicanos. Nesta tarefa, precisamos reconstruir a política com outras formas, novos conteúdos e, principalmente, com instrumentos de democracia direta que possibilitem o exercício da soberania popular. Isso inclui repensar o nosso sistema de representação, em especial como os partidos e as eleições são financiadas. Sem tal alteração vamos reforçar este enorme déficit democrático, já que as instituições não são capazes de processar as demandas por profundas transformações sociais, políticas, econômicas e comportamentais.”

Trecho do manifesto pela reforma do sistema político brasileiro, apresentado ao Congresso Nacional em 22/08/2013 por várias organizações e movimentos, entre eles, a Rede Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis.

SITES referência

- **<http://redciudades.net/blog>**
- **www.cidadessustentaveis.org.br**
- **www.nossabh.org.br**
- **www.avina.net**



AVINA